

# Relações Luso-Brasileiras

*A. Gomes da Costa*

## I – Colóquio sobre Relações Luso-brasileiras

O Colóquio, realizado no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 22 e 23 de abril de 2002, teve como tema as relações luso-brasileiras, analisadas sob diversas perspectivas e nalguns de seus aspectos históricos, literários e sociológicos. Talvez, por isso, não seja fora de propósito, abordar alguns enlaces e desenlaces dessas relações, de que fomos testemunha nas últimas décadas.

Mais do que isso: talvez valha a pena, com base nessa retrospectiva, furar as linhas do horizonte e descobrir as fragilidades ou a força dos traçados de convergência que, escolhidos como portulanos, nem sempre serviram ou servem à navegação.

Não nos interessa, nem temos tempo para analisar as múltiplas vertentes das relações luso-brasileiras. Primeiro, temos a vertente política. E apesar da correção de posturas diplomáticas, do estatuto vigente da igualdade de direitos e deveres ou da sincronia de posições no quadro mundial, essa vertente perdeu, a nosso ver, grande parte daquela “mais-valia” que estava intrínseca ao famoso despacho do Presidente Getúlio Vargas, ao autorizar a emissão de um passaporte para um cidadão que entrara irregularmente no país: “defira-se por ser português”. Hoje, poderíamos dizer que existe a letra fria dos Tratados e o articulado dos Acordos; temos até os preceitos constitucionais a evocar a reciprocidade de direitos e deveres, mas sente-se a falta do calor afetivo para evitar que jovens brasileiros sejam retidos nos aeroportos em Portugal porque levam consigo pouco dinheiro, ou que técnicos e gestores portugueses não possam vir trabalhar na filial de suas empresas no Brasil sem

primeiro ter autorização de dois ministérios. Vivemos, é certo, num outro mundo; os países estão comprometidos por regras emanadas de blocos diferentes; o bilateralismo tornou-se anacrônico com a globalização, mas a verdade é que o Brasil e Portugal, em termos políticos, passaram a ser mais parceiros do que irmãos. E a fraternidade para nós tinha um sentido muito mais amplo e abrangente do que a parceria.

Temos, a seguir, a vertente econômica. E os dois países nesse quadrante mudaram completamente de compasso e de escala. De um comércio inexpressivo que não representava quase nada na balança comercial – o comércio da saudade e das sobremesas – passou-se para o ciclo dos investimentos recíprocos. Tudo começou com a migração de algumas empresas brasileiras para Portugal no início dos anos 90 e depois deu-se o grande *boom* da entrada de capitais portugueses no Brasil, sobretudo durante o processo de privatizações. Foi nos setores das telecomunicações, da eletricidade, da banca, do cimento, do turismo, das indústrias, do comércio de grandes superfícies etc., e esses investimentos representaram o ingresso, em poucos anos, de cerca de 15 bilhões de dólares, a comprovar uma preferência pelo Brasil, justificada por muitas razões, desde o tamanho do mercado às facilidades da língua e da cultura.

Na vertente humana também assistimos, nas últimas décadas, a profundas mudanças. Por um lado, o término da emigração a partir dos anos 60 e a redução gradual do número de portugueses do Brasil. Durante mais de 150 anos estes foram um dos principais êmbolos do relacionamento entre os dois países. Aqui, com o seu trabalho e a sua influência; na pátria de origem, com o produto de suas remessas e a sua benemerência. Minguou o tamanho da colônia, que ainda por cima, no seu conjunto, envelheceu por falta de renovação, e isso refletiu-se em cheio em vários módulos do intercâmbio entre os dois países. Por outro lado, nunca tantos brasileiros viveram em Portugal como atualmente, trabalhando em diversos setores da atividade produtiva, e essa comunidade recém-formada criou desafios e trouxe experiências inéditas, que, de certa forma, estão a contrabalançar o peso menos significativo dos portugueses do Brasil.

Nas vertentes do ensino e da cultura, que são aquelas que mais de perto nos interessam, não podemos esconder um certo travo amargo da realidade, nem tampouco omitir a referência a ações que são feitas, a maioria das vezes, por obra e graça do voluntarismo dos que acreditam na interação de duas culturas, na sedução da História e na importância de falarmos a mesma Língua.

No ensino, em todos os planos, os retrocessos têm sido uma constante. Desde os compêndios de História, nos cursos básicos, ao esvaziamento dos currículos, nas Universidades, não existe mais aquela preocupação, que chegou a existir, de manter matrizes ou rosas de vento de forma transversal, para se ensinar o Brasil nas escolas portuguesas e para se ensinar o Portugal nas escolas brasileiras.

Na questão do idioma tentou-se, mas não se conseguiu, um acordo ortográfico, não para unificar a escrita das palavras além do possível e razoável, dentro da diversidade fônica, mas, sobretudo, para evitar que as variáveis do idioma acabem por aprofundar distanciamentos e enfraquecer uma unidade relativa que impeça que, daqui a pouco, o vernáculo tenha tantas versões quantos os países onde se fala.

Por outro lado, assistimos ao desaparecimento de uma geração admirável de intelectuais brasileiros e portugueses, cuja obra e magistério representaram contribuições marcantes para a aproximação luso-brasileira, em diversos domínios, da Sociologia à História, da Literatura ao Jornalismo, do Pensamento à Crítica. E quase ao mesmo tempo, a partir do fim da 2<sup>a</sup>. Grande Guerra Mundial, o Brasil passou a ser invadido pela cultura norte-americana, afastou-se progressivamente das matrizes européias e, portanto, também de Portugal, até porque as influências econômica e tecnológica do vizinho do Norte a isso o obrigaram.

Depois, temos a questão do livro que, apesar de todos os esforços, nunca foi resolvida; a falta de investimento por parte do Brasil em Portugal para iniciativas culturais, ao contrário do que aconteceu com os portugueses, que, bem ou mal, com mais ou menos recursos, através da Fundação Calouste Gulbenkian ou do Instituto Camões, sempre se foram lembrando do Brasil; tivemos as estratégias equivocadas, as ideologias a secarem os sentimentos, os políticos a optarem pelo transitório e a esquecerem os valores e as aspirações permanentes.

Neste cenário em que nem tudo são nevoeiros, ainda que falemos mais deles por nos incomodarem, temos a convicção de que vale a pena sermos semeadores, pois como previa Caminha, na carta enviada ao rei D. Manuel, nesta terra generosa e boa, em se plantando tudo dá.

No Brasil – Deus louvado! – ainda há muitos brasileiros amigos de Portugal e em Portugal ainda há muitos portugueses amigos do Brasil. É saber

construir pontes sobre o oceano e juntá-las no traçado de um futuro em que nos conheçamos melhor uns aos outros para nos amarmos mais.

*Abril de 2002*

## II - O exemplo dos Gabinetes de Leitura

Cada vez estamos mais convencidos de que para difundir no Brasil a cultura portuguesa são necessárias políticas que estimulem e contemplem ações *em caráter permanente*.

Esta linha de pensamento nem sempre é do agrado dos governos. Até se compreende que seja assim. Primeiro, porque gostam da ressonância mediática dos projetos que promovem e financiam, embora muitas vezes lhes aconteça como às rosas de Malherbe - esses projetos não duram mais do que uma manhã. Mas aos políticos agrada, sobretudo, a fotografia da inauguração, a entrevista no palco e o foguetório na rua. Depois, estão-se nas tintas, e tudo desaparece rapidamente: as verbas são gastas e os resultados são pífios.

Estamos cansados de ver, ao longo das últimas décadas, como se desperdiçaram recursos, difíceis de obter, cuja destinação foram eventos efêmeros e rasos, cuja repercussão não passou da segunda-feira, como os resultados do fim de semana, dos jogos de futebol.

Vamos dar um exemplo: quando o governo português gasta 5 ou 6 milhões de dólares numa “Feira do Livro” realizada numa cidade alemã, como aconteceu há alguns anos, para que durante uma quinzena se fale de um ou outro escritor contemporâneo e ao final haja um editor interessado na tradução de um romance da Agustina ou do Lobo Antunes, muitos poderiam perguntar porque metade da verba não se utilizou no Brasil, numa grande campanha para divulgar o livro português, que tem aqui milhões de interessados? Ou então estranharão por que nas “Bienais” do Rio de Janeiro, ou de São Paulo, nunca as cifras investidas foram dessa grandeza?

Outro fator que leva os governos a não cuidarem do apoio a atividades permanentes, é que normalmente sucumbem à tentação de eles próprios criarem estruturas no exterior para as ações culturais. No caso português já tivemos até estruturas em duplicidade: localizavam-se ao mesmo tempo no Ministério da Educação e no Ministério dos Negócios Estrangeiros. E, na prática, o que acontecia era que as despesas de custeio dessas estruturas acaba-

vam por absorver grande parte dos recursos orçamentários. E ficava-se com o órgão a pagar funcionários, as instalações, a luz, o telefone, etc. — e para atividades culturais concretas já não sobrava dinheiro...

Ora, Portugal tem condições no Brasil que nenhum outro país possui para poder levar adiante uma política cultural assente em módulos duráveis e com resultados imediatos. Basta, para isso, adaptar e utilizar uma parte do equipamento associativo de raiz portuguesa espalhado por todo o país, de Manaus ao Rio Grande. O que se tem visto, no entanto, é que ao invés de ajudar essas entidades a desenvolver seus projetos, junto às universidades e à juventude, prefere-se ignorá-las, deixa-se uma biblioteca sem atualização, ou um centro de estudos fechado, porque se faz, a nível oficial, a opção errada.

Os “gabinetes de leitura”, os “grêmios literários”, o “Liceu”, “Centros de Cultura” teúdos e manteúdos por algumas associações, se fossem aproveitados no âmbito de uma política cultural traçada por Lisboa, poderiam transformar-se em verdadeiras matrizes e referências na difusão da Cultura e da Língua Portuguesa. É decerto, com menos custos, teríamos melhores resultados e daríamos a muitas destas instituições uma outra dinâmica e um outro desempenho.

Temos defendido este ponto de vista e continuaremos a fazê-lo, mormente agora quando vemos que cada vez são maiores as influências e mais ativas as políticas para valorizar no Brasil outras culturas, como acontece com as africanas, a norte-americana, a espanhola, as orientais, etc. Já a cultura portuguesa parece esquecida, ou ter menos importância, como se carregasse o estigma do passado e a sífilis da colonização.

Contra estas ofensivas de terceiros ou nos preparamos adequadamente ou perderemos terreno. A História é francamente favorável às nossas posições. O Eça escrevia a Oliveira Martins rebatendo a idéia de que fazer mal à Inglaterra não era fazer bem a Portugal. Também nós pensamos assim: não é com a inveja a outras culturas que cuidaremos melhor da nossa. Mas é investindo na nossa que a defenderemos no Brasil.

*16.6.2003*